

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – MAIO 2021

COVID-19.....	2
LEGISLAÇÃO.....	2
ICMS.....	3
LEGISLAÇÃO.....	3
JURISPRUDÊNCIA.....	4
ISS.....	5
LEGISLAÇÃO.....	5
JURISPRUDÊNCIA.....	5
IR E CSLL.....	6
JURISPRUDÊNCIA.....	6
PIS E COFINS.....	7
JURISPRUDÊNCIA.....	7
DIVERSOS.....	9
LEGISLAÇÃO.....	9
Jurisprudência.....	9

COVID-19

LEGISLAÇÃO

1. SP – SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO - RESTRIÇÕES NO ATENDIMENTO EM RAZÃO DA PANDEMIA (ATENDIMENTO VIRTUAL) – RELAÇÃO DE ENDEREÇOS DE E-MAIL DOS POSTOS VIRTUAIS DE ATENDIMENTO - ALTERAÇÃO NO ANEXO ÚNICO DA PORTARIA CAT Nº 34/2020
 - **Portaria CAT nº 30, de 19 de maio de 2021 (DOE-SP 20.05.21)**

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. MG - PARCELAMENTO DE DÉBITOS DE ICMS - PROGRAMA RECOMEÇA MINAS – INSTITUIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO
 - **Lei nº 23.801 de 21 de maio de 2021 (DOE-MG 22.05.21)**
 - **Decreto nº 48.195, de 25 de maio de 2021 (DOE-MG 26.05.21)**

2. MS - REGIME OPTATIVO DE TRIBUTAÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (ROT-ST) – QUESTÕES RELATIVAS À ADESAO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/MS
 - **Decreto nº 15.662, de 04 de maio de 2021 (DOE-MS 05.05.21)**
 - **Decreto nº 15.675, de 18 de maio de 2021 (DOE-MS 19.05.21)**

3. MT - BENEFÍCIOS FISCAIS - PROALMAT, PRODEIC E PRODER - MONITORAMENTO - PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES PELOS BENEFICIADOS
 - **Portaria SEDEC/MT nº 17, de 06 de maio de 2021 (DOE-MT 07.05.21)**

4. RS - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - DEMANDA CONTRATADA – DETERMINAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO APÓS DECISÃO COM REPERCUSSÃO GERAL DO STF NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 593.824/SC – ALTERAÇÃO PROMOVIDA NO RICMS/RS
 - **Decreto nº 55.896, de 19 de maio de 2021 (DOE-RS 20.05.21)**

5. RS – REQUERIMENTO PARA A ALTERAÇÃO DE PRAZO PARA O RECOLHIMENTO DO IMPOSTO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/RS
 - **Decreto nº 55.901, de 20 de maio de 2021 (DOE-RS 21.05.21)**

6. RS – EMISSÃO DE NF-E E NFC-E POR CONTRIBUINTE SUBSTITUÍDO OPTANTE OU NÃO PELO ROT – ORIENTAÇÕES DE PREENCHIMENTO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA IN DRT Nº 45/98
 - **Instrução Normativa RE nº 42, de 20 de maio de 2021 (DOE-RS 20.05.21)**

7. SP - REGIME OPTATIVO DE TRIBUTAÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (ARTIGO 265, P.U., DO RICMS/SP) – DISPOSIÇÕES
 - **Portaria CAT nº 25, de 30 de abril de 2021 (DOE-SP 01.05.21)**

8. SP – OPERAÇÕES COM PRODUTOS TÊXTEIS - OPÇÃO POR CRÉDITO OUTORGADO EM SUBSTITUIÇÃO AO APROVEITAMENTO DE DEMAIS CRÉDITOS – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA PORTARIA CAT nº 35/2017
 - **Portaria CAT nº 27, de 05 de maio de 2021 (DOE-SP 06.05.21)**

9. SP - ICMS - REGIME ESPECIAL - DEC, RESPONSABILIDADE DE DECISÃO, PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA, DENTRE OUTROS – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA PORTARIA CAT nº 18/2021
 - **Portaria CAT nº 29, de 13 de maio de 2021 (DOE-SP 14.06.21)**

10. NF-E - EVENTO COMPROVANTE DE ENTREGA
 - **Publicação de Schema da Versão 1.00 da NT 2021.001**

11. MDF-E MODAL RODOVIÁRIO - ADEQUAÇÃO DO VALE PEDÁGIO E AJUSTES NAS REGRAS DE VALIDAÇÃO
 - **Publicação da Nota Técnica 2021.001 Versão 1.02**

12. MDF-E MODAL RODOVIÁRIO - ADEQUAÇÃO DO GRUPO DE PAGAMENTO E AJUSTES NAS REGRAS DE VALIDAÇÃO
 - **Publicação da Nota Técnica 2021.002 Versão 1.03**

JURISPRUDÊNCIA

13. TRANSPORTE INTERESTADUAL DE MERCADORIAS DESTINADAS AO EXTERIOR – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Súmula 649 do Superior Tribunal de Justiça**

14. OPTANTES DO SIMPLES – DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA – OBRIGATORIEDADE DE RECOLHIMENTO – CONSTITUCIONALIDADE
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

ISS

LEGISLAÇÃO

1. SÃO PAULO/SP – NFS-E E NFTS - EMISSÃO RETROATIVA – PRAZOS
 - **Instrução Normativa SMF nº 07, de 30 de abril de 2021 (DOM-SP 01.05.21 – Rep. 05.05.21)**

2. SÃO PAULO/SP – SÃO PAULO/SP - ISSQN - SOCIEDADE UNIPROFISSIONAL – PROCEDIMENTO PARA ENQUADRAMENTO E DESENQUADRAMENTO – SOLUÇÕES DE ATENDIMENTO VIRTUAL - SAV
 - **Instrução Normativa SMF nº 08, de 24 de maio de 2021 (DOM-SP 25.05.21)**

JURISPRUDÊNCIA

3. EXCLUSÃO DO ISS DA PRÓPRIA BASE DE CÁLCULO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Justiça Estadual da Comarca do Rio de Janeiro**

4. GESTÃO DE FUNDO DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO - RESULTADO PRODUZIDO NO ÂMBITO DO TERRITÓRIO NACIONAL - EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS - DESCARACTERIZAÇÃO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

IR E CSLL

JURISPRUDÊNCIA

1. PESSOA JURÍDICA – LANÇAMENTO COM BASE EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS – CONSTITUCIONALIDADE
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
2. INCIDÊNCIA SOBRE CORREÇÃO MONETÁRIA - POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
3. PREÇO DE TRANSFERÊNCIA – PRL – FRETE, SEGURO E TRIBUTOS INCIDENTES NA IMPORTAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE DE CONSIDERAÇÃO NO PREÇO PARÂMETRO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
4. EXCLUSÃO DOS CRÉDITOS DE PIS E COFINS DA BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E CSLL – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
5. SALDO NEGATIVO – ETAPA PRÉ-OPERACIONAL – RETENÇÕES NA FONTE – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
6. DISTRIBUIÇÃO SUPERIOR AO LUCRO PRESUMIDO – FALTA DE COMPROVAÇÃO DO LUCRO EFETIVO – MULTA ISOLADA PELA FALTA DE RETENÇÃO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
7. SALDO NEGATIVO – COMPENSAÇÃO – NÃO HOMOLOGAÇÃO FUNDADA, APENAS, NA DIVERGÊNCIA ENTRE DIPJ E PER/DCOMP – NULIDADE DO DESPACHO DECISÓRIO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

PIS E COFINS

JURISPRUDÊNCIA

1. EXCLUSÃO DO ICMS DESTACADO EM NOTA FISCAL DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS – MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PARA A PARTIR DE 15/03/17 – GARANTIA DO DIREITO DOS CONTRIBUINTES QUE AJUIZARAM AÇÕES ATÉ REFERIDA DATA
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

2. DESPESAS COM FRETES DE PRODUTOS ADQUIRIDOS COM FIM ESPECÍFICO DE EXPORTAÇÃO, COM ALÍQUOTA ZERO OU SUSPENSÃO – IMPOSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO – DESPESAS COM EMBARQUE PARA EXPORTAÇÃO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

3. DESPESAS COM TRATAMENTO E TRANSPORTE DE RESÍDUOS – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

4. DESPESAS COM MATERIAIS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE EMBALAGENS UTILIZADAS NO TRANSPORTE DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS – POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

5. OPERAÇÃO TRIBUTADA INDEVIDAMENTE PELO FORNECEDOR – APROVEITAMENTO DE CRÉDITO PELO COMPRADOR – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

6. DESPESAS COM EMBALAGENS PARA TRANSPORTE – POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

7. DESPESAS COM FUNDOS DE PROMOÇÃO COBRADOS POR CENTROS DE COMPRAS – POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente da Justiça Federal de São Paulo**

8. CRÉDITO PRESUMIDO DO ARTIGO 8º DA LEI Nº 10.925/04 – INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

9. APRESENTAÇÃO DE PEDIDO DE RESSARCIMENTO RELATIVO A PERÍODO JÁ OBJETO DE PEDIDO ANTERIOR – POSSIBILIDADE – CARACTERIZAÇÃO DE PEDIDO AUTÔNOMO

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. ATIVIDADE AGROINDUSTRIAL – TRANSPORTE DE EMPREGADOS PARA ZONA RURAL – POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. CRÉDITOS DA NÃO-CUMULATIVIDADE – SERVIÇOS DE DESEMBARAÇO ADUANEIRO - IMPOSSIBILIDADE

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

DIVERSOS

LEGISLAÇÃO

1. DOCUMENTO ELETRÔNICO DE TRANSPORTE (DT-E) – INSTITUIÇÃO
 - **Medida Provisória nº 1.051, de 18 de maio de 2021 (DOU 19.05.21)**
2. SÃO PAULO/SP - PROGRAMA DE PARCELAMENTO INCENTIVADO (PPI 2021) – INSTITUIÇÃO
 - **Lei nº 17.557, de 26 de maio de 2021 (DOM-SP 27.05.21)**
3. ITBI – INCIDÊNCIA SOBRE O VALOR DOS BENS QUE EXCEDEREM O LIMITE DO CAPITAL SOCIAL A SER INTEGRALIZADO
 - **Parecer Normativo SMF nº 01/2021**
4. TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA DE RELEVANTE CONTROVÉRSIA JURÍDICA – APLICABILIDADE A PROCESSOS JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVOS QUE TRATEM DE INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PLR PAGO EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO
 - **Edital RFB nº 11/2021**

JURISPRUDÊNCIA

5. ITCMD – PRAZO DECADENCIAL DE CINCO ANOS CONTATOS A PARTIR DO PRIMEIRO DIA DO ANO SEGUINTE À DOAÇÃO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
6. IOF – ADIANTAMENTO SOBRE CONTRATOS DE CÂMBIO – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
7. PAGAMENTO DE TRIBUTOS DEVIDO APÓS A NOTIFICAÇÃO E ANTES DA AUTUAÇÃO – INCLUSÃO APENAS DA MULTA DE MORA – POSSIBILIDADE – AFASTAMENTO DA MULTA DE OFÍCIO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
8. BLOQUEIO JUDICIAL – SUBSTITUIÇÃO POR IMÓVEIS – COMPROVAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DOS VALORES PARA PAGAMENTO DE SALÁRIOS – POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Justiça Federal de Porto Alegre**

9. PER/DCOMP JÁ ANALISADA – APRESENTAÇÃO DE PER/DCOMP VINCULADA POSTERIOR COM CRÉDITO SUPERIOR – IMPOSSIBILIDADE – LIMITAÇÃO DA ANÁLISE AO CRÉDITO JÁ RECONHECIDO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. MULTA POR EMBARAÇO À FISCALIZAÇÃO – NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO PELA AUTORIDADE FISCAL QUE A CONDUTA DO SUJEITO PASSIVO DIFICULTOU OU IMPEDIU A AÇÃO ADUANEIRA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. MULTA POR EMBARAÇO À FISCALIZAÇÃO – NÃO ATENDIMENTO, NO PRAZO ESTABELECIDO, DE INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS E/OU ESCLARECIMENTOS – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

12. COMPENSAÇÃO COM CRÉDITOS ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO QUE OS RECONHECE – FALSIDADE DA DECLARAÇÃO – MULTA DE 150% - CABIMENTO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

13. PERC – COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL QUANDO DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS DA PESSOA JURÍDICA EM QUE SE DEU A OPÇÃO PELO INCENTIVO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

14. DIVERGÊNCIA DE INFORMAÇÕES ENTRE DIPJ E DCTF – LANÇAMENTO – MULTA DE OFÍCIO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

15. FALTA DE INTIMAÇÃO DO RESPONSÁVEL SOLIDÁRIO – NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

16. APRESENTAÇÃO POSTERIOR DE PROVAS – PRINCÍPIO DA VERDADE MATERIAL – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

17. ACÓRDÃO DA IMPUGNAÇÃO – ALTERAÇÃO DE CRITÉRIO JURÍDICO DO LANÇAMENTO – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

18. RETIFICAÇÃO DE DCTF POSTERIOR AO DESPACHO DECISÓRIO – COMPROVAÇÃO DO ERRO COMETIDO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

19. VENDAS COM FIM ESPECÍFICO DE EXPORTAÇÃO – CARACTERIZAÇÃO, APENAS, QUANDO OS PRODUTOS SÃO REMETIDOS DIRETAMENTE DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL PARA EMBARQUE OU RECINTO ALFANDEGADO POR CONTA E ORDEM DA EMPRESA COMERCIAL EXPORTADORA

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

20. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS – PRÊMIOS VINCULADOS À PRODUTIVIDADE – PRÊMIOS DE INCENTIVO – INCIDÊNCIA

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

21. JUNTADA POSTERIOR DE DOCUMENTOS – IMPOSSIBILIDADE – CONFIGURAÇÃO DA PRECLUSÃO

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

22. COMPENSAÇÃO – HOMOLOGAÇÃO TÁCITA – MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

23. RETIFICAÇÃO DE DCTF ANTERIOR AO DESPACHO DECISÓRIO – NÃO OBSERVÂNCIA PELA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA – NULIDADE

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**